



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABANANINHA

## MATRIZ DE RISCOS DAS CONTRATAÇÕES

Identificação							Tratamento ao Risco	
Fases(1)	Evento de Risco (2)	Causas (3)	Consequências (4)	Probabilidade (p)	Impacto (i)	Nível de Risco (6) (p) x (i)	Resposta ao Evento de Risco (7)	Responsável (8)
1 PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	Atraso na elaboração do projeto básico executivo	Falta de recursos humanos qualificados	Aumento total da obra e dos custos	2	2	4	Contratação de equipe especializada	Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Públicos
2	Intempéries Climáticas	Chuvvas intensas, para conclusão do levantamento topográfico	Atraso na entrega do projeto de topografia	2	3	6	Realização de estudo climático e previsão do tempo	Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Públicos
3	Falta de recursos financeiros	Cortes no orçamento público, imprevistos	Atraso, ou paralisação da obra	2	4	8	Busca por fontes alternativas de financiamento, renegociação de prazos	Secretaria municipal de Finanças
4	Falta de orçamento detalhado	Levantamento incompleto de dados	Aumento dos custos da obra	2	2	4	Contratação de empresa especializada em orçamentos	Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Públicos
5	Erro no projeto	Falhas na equipe de projeto	Retrabalho e aumento dos custos de obra	2	2	4	Contratação de equipe especializada em projetos. Capacitação da equipe técnica	Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Públicos
6	Dificuldades na obtenção de licenças e autorizações	Demora na análise dos pedidos, exigências adicionais por parte dos órgãos competentes.	Atraso no início da obra, aumento de custos.	3	4	12	Agilidade na tramitação dos processos, diálogo com os órgãos competentes	Secretaria Municipal de Meio ambiente
7	Suspensão ou anulação da licitação	Ausência de designação formal da comissão de licitação ou do pregoeiro.	Prejuízo financeiro para a Administração	2	2	4	Providenciar o ato de designação da equipe de prego.	Comissão de licitação/Pregoeiro
8	Suspensão ou anulação da licitação	Restrição de competitividade, impugnação do edital.	Prejuízo financeiro para a Administração	3	4	12	Contratação de profissionais especializados em licitações para evitar falhas e minimizar os riscos. Adoção de boas práticas de gestão de riscos contribuindo para a condução de licitações mais eficientes e transparentes.	Comissão de licitação/Pregoeiro
9	Impossibilidade de abertura do certame licitatório	Ausência de publicação do edital.	Anulação dos atos praticados.	2	3	6	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.	Comissão de licitação/Pregoeiro

	<b>CONTRATAÇÃO</b>	Ausência de empresas licitantes	Falta de interesse do mercado, preços exorbitantes	Deserção da licitação, necessidade de refazê-la	4	3	12	Ampliação da divulgação da licitação, revisão dos critérios de seleção	Comissão de licitação/Pregoeiro
10		Recursos contra a licitação	Impugnação por parte de empresas participantes	Atraso na assinatura do contrato, aumento de custos	2	4	8	Assessoria Jurídica especializada, análise criteriosa dos recursos	Comissão de licitação/Pregoeiro
11		Fraude na licitação	Conlito entre empresas, falsificação de documentos	Prejuízos financeiro, anulação da licitação	2	4	8	Rigor na análise das propostas, acompanhamento por parte do Ministério Público.	Comissão de licitação/Pregoeiro
12		Atraso na contratação	Não assinatura do contrato	Atraso na contratação dos serviços. Custos para a Administração.	2	4	8	Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do fornecedor mais bem classificado.	Comissão de licitação/Pregoeiro
13		Impugnação do ato	Falta de publicidade do ato administrativo	Descumprimento de formalidade legal.	3	4	12	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.	Gestores de Contratos.
14		Prejuízo ao serviço público	Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade	Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato	3	4	12	Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.	Diretoria de administração
15		Execução deficiente do serviço	Execução em desacordo com o contrato.	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.	3	4	12	Aplicar sanções previstas no contrato.	Gestores de Contratos.
16	<b>EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	Não pagamento de salários e benefícios correspondentes à CCT	Empresa com histórico de inadimplência, Falta de fiscalização por parte da Administração Pública. Má gestão da empresa contratada, Falta de clareza no contrato	Descumprimento de leis trabalhistas. E precarização das relações de trabalho. Atrasando a resolução de conflitos. Desgaste da imagem do município.	3	4	12	Exigir da empresa o cumprimento das leis trabalhistas. Fiscalizar o cumprimento do contrato.	Gestores de Contratos.
17									



	Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS na fase de contratação da despesa pública.	Empresa com histórico de inadimplência, Falta de fiscalização por parte da Administração Pública, Má gestão da empresa contratada, Falta de clareza no contrato	Prejuízos aos trabalhadores, Danos à imagem da Administração Pública, Processo judicial, Rescisão do contrato	3	4	12	Notificar a empresa contratada sobre o descumprimento das obrigações e dar um prazo para que ela regularize a situação. Aplicar as sanções cabíveis à empresa contratada, como multa, suspensão ou rescisão do contrato. Ajuizar ação judicial contra a empresa contratada para garantir o pagamento dos direitos dos trabalhadores. Exigir da empresa contratada a apresentação de certidões negativas de débitos trabalhistas, previdenciários e com FGTS. Incluir no contrato cláusulas específicas sobre as obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da empresa contratada. Realizar a devida fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da empresa contratada.	Gestores de Contratos.
18								
	Não reposição de mão de obra em obras públicas	Falta de funcionários qualificados no mercado de trabalho; Dificuldade em atrair e reter profissionais devido à baixa remuneração; Migração de funcionários para outras regiões com melhores oportunidades; Saída do profissional da obra por motivos de saúde, aposentadoria ou outros imprevistos.	Atraso no cronograma da obra; Aumento dos custos da obra; Prejuízos à imagem da administração pública; Riscos de sanções por parte dos órgãos fiscalizadores; Queda na qualidade da obra; Dificuldades em atender às demandas da comunidade.	3	4	12	Notificação da empresa, em caso de reincidência abrir processo administrativo para apuração dos fatos.	Fiscalização do Contrato
19								
20	Prejuízo financeiro ao município	Prorrogação não vantajosa	Prejuízo ao erário. Aumento dos custos com a prestação do serviço por meio de reajuste de preços acima do mercado	2	4	8	Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório.	Gestores de Contratos.

14	Inadimplência da Empresa	Má gestão financeira; Falta de planejamento estratégico; Investimentos em projetos de alto risco; Aumento dos custos de produção; Queda na demanda por produtos ou serviços; Erros na precificação; Atraso no recebimento de pagamentos de clientes. Crise econômica; Aumento das taxas de juros; Mudanças na legislação; Desastres naturais.	Falência da empresa; Demissões em massa; Prejuízos para os credores; Dano à imagem da empresa; Dificuldades em obter crédito no futuro; Processos judiciais.	3	4	12	Realizar um planejamento financeiro detalhado, Manter um bom relacionamento com os credores, Renegociar dívidas com os credores	Gestores de Contratos.
15	Atraso no início da obra	Falta de mobilização da empresa contratada, Intempéries climáticas, Dificuldades na obtenção de licenças	Atraso no início da obra e o aumento de custos, causando prejuízo à comunidade	2	3	6	1ª reunião para tratar sobre o plano de fiscalização da obra. Contratação de equipe técnica especializada. Agilização da obtenção de licenças e autorizações.	Gestores de contrato/Fiscalização do contrato
16	Acidente de trabalho ou segurança	Falta de medidas de segurança	Prejuízos aos trabalhadores como: Lesões corporais; Incapacidade para o trabalho; Perda de renda; Despesas com tratamento médico; Sofrimento moral. Prejuízos à Administração Pública como: Atraso na execução do contrato; Aumento dos custos do contrato; Danos à imagem da Administração Pública; Processo judicial.	2	4	8	Exigir da empresa contratada a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas e previdenciários. Incluir no contrato cláusulas específicas sobre a responsabilidade da empresa em caso de acidente de trabalho. Realizar a devida fiscalização do cumprimento das normas de segurança do trabalho pela empresa contratada.	Empresa Contratada
17	Baixa qualidade da obra	Materiais inadequados ou mão de obra incompetente,	Prejuízos financeiros e necessidade de reparos.	3	4	12	Fiscalização rigorosa da obra e testes de qualidade dos materiais.	Fiscalizaçãodo Contrato
18	Aumento dos custos da obra	Intempéries climáticas	Prejuízos financeiros para a Prefeitura.	3	4	12	Negociação com a empresa contratada e previsão de custos adicionais no orçamento.	Secretaria Municipal de Obras

- 1) Descrição do objeto previsto para contratação.
- 2) O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
- 3) Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
- 4) Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
- 5) A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

ESCALA DE PROBABILIDADE		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5

ESCALA DE IMPACTO		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidades de recuperação.	3
Alto	Impacto significante nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

6) Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e externo, conforme tabela abaixo:

NÍVEL DE RISCO	
1 - 2	Baixo
3 - 6	Médio
8 - 12	Elevado
15 - 25	Extremo

- 7) Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir/evitar, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.
- 8) Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta

Itabaininha/SE, 13 / 03 / 2024

Nome do Responsável pela Elaboração de Melo Cardoso

Daniela Cardoso  
Eng.ª Civil

CREA-SE 2713037476